

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

OSSOS QUE MERGULHAM NO MAR: AÇORIANIDADE REVISITADA

LUIZA FERNANDES BRAGA

RIO DE JANEIRO
2022

Luiza Fernandes Braga

OSSOS QUE Mergulham no Mar: Açorianidade Revisitada

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras, na habilitação Português/Italiano.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Monica do Nascimento Figueiredo

RIO DE JANEIRO

2022

BRAGA, Luiza Fernandes,

Ossos que Mergulham no Mar: Açorianidade Revisitada/ Luiza Fernandes
Braga — 2021

Orientador: Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier

Coorientador: Monica do Nascimento Figueiredo.

Monografia (graduação em Letras, habilitação Português – Italiano –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade
de Letras.

1. Literatura Portuguesa. 2. Literatura Açoriana 3. Literatura e Espaço. 4. Joel
Neto I. BRAGA / Luiza Fernandes. II – Universidade Federal do Rio de
Janeiro. III. Título.

RESUMO

Tendo como base os apontamentos feitos por Vitorino Nemésio na elaboração da *açorianidade*, o presente trabalho busca demonstrar como este conceito ainda se manifesta na contemporaneidade contribuindo para a continuação de uma tradição de escritores ilhéus feitos “de carne e pedra” (NEMÉSIO, 1986, p. 406) nos Açores. Sobretudo, observamos como essa ideia opera a partir da transição entre espaço e ambientação (DIMAS, 1985) através do romance *Arquipélago* (2015) de Joel Neto. *Arquipélago* trata da jornada de José Arthur, acadêmico de pouco prestígio e de relações enferrujadas, de volta à Ilha Terceira, de onde é originário, em busca de confirmações que sustentem a hipótese da sua tese de doutoramento. Dessa maneira, o romance carrega o leitor a um amistoso e natural encontro a um rico painel cultural recheado de elementos caros ao povo e à tradição literária dos Açores.

Sendo assim, abrimos a portas das casas dos personagens de *Arquipélago*, acessando seus espaços íntimos e utilizando a morada como objeto de análise da obra de Joel Neto, percebemos como o romance constrói ao mesmo tempo natural e intencionalmente sua própria açorianidade. Assim, de casebres à cidades, de rochas à um arquipélago observamos a construção de um imaginário terceirense e repensamos o conceito de ‘açorianidade’ na literatura contemporânea.

Palavras-chave: Literatura Açoriana, Açores, Joel Neto

ABSTRACT

Based on Vitorino Nemésio’s notes on his reflections on *azoreanity*, the following dissertation aims to demonstrate how this concept is still present in contemporaneity contributing to the continuation of a tradition of islanders’ writers made of “flesh and stone” (NEMÉSIO, 1986, p. 406) in the Azores. Moreover, we observed how this idea operates in the transition between space and ambient (DIMAS, 1985) in *Arquipélago* (2015) a novel by Joel Neto. *Arquipélago* tells us about José Arthur, an academic of little prestige and rusty relations, journey back to Ilha Terceira, where he is originally from, in the search of evidence that sustains his PhD dissertation hypothesis. In such a manner, the novel carries the reader to a friendly and natural encounter with a rich cultural mosaic filled with elements that are dear to azorean people and Azores’ literary tradition.

Thus, we open the doors of the *Arquipélago*’s character’s homes, entering their intimate spaces and using their houses as a tool of analysis of Joel Neto’s work, realising how the novel builds, at the same time in a natural and intentional manner, its own azoreanity. Therefore, from little houses to towns, stones to an archipelago, observing the construction of a terceirense imaginary and rethinking the concept of ‘azoreanity’ in contemporary literature.

Keywords: Azorean Literature, Azores, Joel Neto

Agradecimentos

Aos meus pais, Cilene e Marco, e minha irmã Laura, por serem simplesmente a minha família, os meus primeiros professores e as minhas maiores inspirações. Se hoje entrego uma monografia de qualidade para a Universidade Federal do Rio de Janeiro é porque tive a honra de contar com estes três grandes melhores amigos, três seres que me completam das mais diversas maneiras e que sempre acreditaram e lutaram por mim.

Ao Snoopy, Izabella, Thomas, Draco, Felpudo, Luna e Mãezinha, meus amigos peludos, por serem meus xodós e um trabalho extra!

À minha orientadora e musa, Monica Figueiredo, por acolher essa Hortência em seu jardim de orientandos e pela confiança depositada em mim. É uma alegria imensa e uma honra compartilhar esta monografia com você, que é também, como nas palavras de Nemésio, uma sereia feita de carne e pedra – pedra vulcânica: forte, firme e resistente. “Deu pra compreender?”.

Ao autor Joel Neto, pela gentileza de sempre, pelas conversas e por escrever este romance. Nenhuma página do presente trabalho teria sido escrita sem seu suporte entusiasta.

À Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a cada Mestre, cada amigo verdadeiro que cruzou meu caminho ao longo da Graduação. São tantos que enumerá-los seria tarefa árdua. Minha concisa menção honrosa vai para minhas maiores fontes de inspiração: Fabiano dalla Bona, Maluh Guimarães de Faria, Sofia Silva, Andrea Lombardi e Luciana di Leone e para minhas fontes diárias de alegria: Amanda Palermo, Amanda Rosa, Júlia Pinheiro e Victor Canabarro. Longa vida à Gangue in Gamba.

Ao Grupo de Educação Multimídia (GEM/UFRJ) por ter sido minha morada desde o primeiro semestre e ao meu coordenador de extensão e orientador, Paulo Maia, por caminhar sempre ao meu lado e por me empurrar para frente quando necessário.

Aos meus amigos – minhas duas Alexias, Ana Beatriz, meus três Eduardos, Julia, Karina, Larissa e Pedro –, por me oferecerem sempre uma boa risada (ou gargalhada escandalosa?) e um ombro amigo. Não poderia ter melhores almas gêmeas.

To Gus, whose smile and presence light up my days, for having the incredible patience to read a poorly translated version of this work and for collaborating with honest critiques and lovely compliments, for being my partner in crime and an infinite source of support. I love you!

“Smallness is a state of mind”
(*Our Sea of Islands*, Epeli Hau’ofa)

SUMÁRIO:

1. À paisagem dos Açores	8 - 12
2. Mergulho teórico	13 - 20
3. A morada	21 - 30
4. Terra à vista	31 - 32
5. Bibliografia	33 - 34

1. À PAISAGEM DOS AÇORES.

“Stai ferma, in silenzio, e ascolta il tuo cuore. Quanto poi ti parla, alzati è va’ dove lui ti porta” (Susanna Tamaro)

Joel Neto é colunista e romancista português, natural de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, segunda maior ilha do Arquipélago dos Açores. Nasceu em 1974, apenas 6 anos antes do grande sismo que viria a destruir consideravelmente o grupo central do arquipélago, sobretudo a Terceira. Nos vinte segundos de tremor, o desastre afetou radicalmente milhares de açorianos, marcando-os em vida, seja concretamente, seja através da formação de um imaginário sempre ameaçado pelos desígnios da natureza. A partir deste acontecimento, duas perspectivas se abrem: de um lado, temos Joel Neto, ainda muito criança na data do acontecimento; e do outro, em *Arquipélago* (romance publicado em 2015), seu peculiar protagonista, José Arthur Drumonde, poucos anos mais velho do que seu criador. A obra, embora não seja um romance autobiográfico, cruza, por algumas vezes, o caminho de criador e de criatura. Este encontro pode se dar por Arthur e sua família cumprirem também o destino de muitos ilhéus que, como Joel Neto, deixaram suas ilhas em busca de novos horizontes. Joel Neto mudou-se para Lisboa aos 18 anos a fim de cursar Relações Internacionais e viveu na capital por anos, trabalhando como repórter, editor e chefe de redação em grandes veículos de comunicação em Portugal. O regresso à Terceira, em 2012, motivou-se pela necessidade de dedicação completa ao ofício literário. Seu percurso tem sido bem-sucedido, tendo vencido o Grande Prémio de Literatura Biográfica da Associação Portuguesa dos Escritores, em 2019; bem como através de sua participação política nos quadros do Conselho Regional de Cultura da Região Autónoma dos Açores.

É importante destacar que embora Joel Neto seja um autor com uma notável produção nas últimas décadas, poucas referências críticas foram encontradas sobre a sua obra. Para a realização deste trabalho de análise-crítica, os ensaios de Antônio Assis Brasil sobre o conceito de “açorianidade” foram primordiais, sobretudo o texto “Nem sempre o mar à vista: condicionantes para um estudo do espaço literário açoriano” (2007),

em que Joel Neto é citado como representante da atual geração de escritores açorianos que revisita tal conceito, contribuindo assim no processo de reelaboração do mesmo.

Arquipélago, romance publicado pela editora Marcador em 2015¹, acompanha, através de José Arthur, a história do retorno à casa. O protagonista se revela um acadêmico de pouco prestígio, com uma vida afetiva falida e relações familiares enferrujadas. Sua trajetória em Lisboa, local para onde se muda com a família após o sismo de 1980, inclui cicatrizes que marcam o seu relacionamento com os pais; com a ex-esposa; com o filho André (gerado precocemente); com amores errantes; e, por fim, com sua própria Ilha.

Na busca de escrever sua tese de doutorado, José Arthur começa a investigar o arquipélago dos Açores, na tentativa de provar suas hipóteses sobre as origens da presença humana nas ilhas, ou seja, durante o período anterior à chegada “oficial” da Coroa portuguesa no século XV e a possível permanência destas tradições fundacionais. Durante o seu processo de investigação, ele encontra o manuscrito de um diário de bordo do negociante inglês Gordon Manson e a descrição de seu encontro com a “Justiça da Noite”, tradicional grupo de resistência popular da Ilha Terceira. O encontro acontece ao longo de sua breve passagem pelo arquipélago, em sua viagem de Southampton ao Rio de Janeiro. A leitura do diário, provoca em José Arthur o desejo de mergulhar na simbologia de um dos mitos fundadores das Ilhas dos Açores e de recuperar, através da (re)organização do tal grupo justiceiro, a Atlântida, ou seja, o continente perdido. Segundo o próprio José Arthur “A Atlântida é uma ideia. Um ideal” (*AQ*, p. 83) e, portanto, um ponto de partida fantástico, compatível aos escritos platônicos e homéricos que igualmente se preocuparam com a existência de ilhas misteriosas. Aliadas à tradição vinda de uma memória cultural que perpassou a história do Ocidente, se unem as supostas evidências de existência de uma décima ilha submersa; bem como, de artefatos que comprovariam a presença humana nos Açores anterior a 1400 d.C. Agregando um rico acervo que reúne lendas, mitos e registro histórico, José Arthur tenciona reconstruir o passado.

Determinado em adquirir mais evidências sobre a ancestralidade açoriana, Drumonde decide lançar-se ao oceano com intenções de não só conquistar a confiança do

¹ Para as citações do livro, utilizarei a abreviação *AQ*, seguida do número das páginas.

mundo acadêmico através de sua teoria, mas também de promover um reencontro com sua própria subjetividade, abalada pelos fracassos de sua experiência emocional. O retorno ao território geográfico transforma-se num retorno para dentro de si mesmo, configurando uma busca que tenta entender sua origem e a sua identidade fragmentada. Diz o narrador:

“O aparecimento do manuscrito que o levaria a regressar aos Açores não passara de um acaso. Mas a situação na faculdade ia de mal a pior, e tudo o mais na sua vida era como se não lhe pertencesse. Tornara-se demasiado evidente, mesmo para José Arthur, que alguma coisa tinha de acontecer” (AQ, p. 77)

Ao chegar à Terceira, a sede da investigação acadêmica mistura-se aos seus dramas pessoais e será um José Arthur *em construção* que promoverá a redescoberta do território, de seu povo e de seu próprio passado. A partir da permanência na Ilha por meses a fio, os dramas pessoais passam a caminhar ao lado de uma nova história de amor vivida com Luísa, uma misteriosa viúva, dona da pousada Casa dos Potros, onde Arthur se hospeda ao chegar. Ao longo dos capítulos surgem aventuras com os complexos megalíticos²; rixas familiares que permeiam gerações; organizações clandestinas de caráter independentistas; cultos religiosos; cenas de bruxaria; experiências de luto e o reencontro com um estranho fenômeno que impede José Arthur de sentir os terremotos, fenômenos muito frequentes na experiência ilhéu. A verdade é que a cada novo evento, assistimos ao alargamento da perspectiva de partida, resultando numa estadia que ganha forma definitiva na Terceira.

Desta maneira, o romance transporta o leitor a um inesquecível encontro com a cultura açoriana (principalmente, em sua versão “terceirense”); bem como acaba por “pintar” uma geografia, compondo assim um rico painel sobre os Açores. Elementos oriundos da gastronomia, através das cenas na taberna do Cabrina; a língua, presente nas transcrições das falas dos açorianos, sobretudo na do sábio boiadeiro Elias Mão-de-Ferro; as tradições, como o culto ao Divino Espírito Santo, tão respeitado pela cultura açoriana; a existência das irmandades, como a própria “Justiça da Noite”; e a paisagem retratada de

² Complexos megalíticos são construções monumentais e ancestrais feitas com pedras gigantes. Um famoso complexo megalítico é o Stonehenge. Cito uma passagem de Arquipélago, onde José Arthur se depara com as construções na Ilha Terceira: “Todas as três construções tinham a entrada virada a leste, cada uma – imaginou – na direção da aurora de um momento particular entre os solstícios. ‘– Dólmenes... Aqui, debaixo do meu nariz. A cinco minutos de casa!’” (AQ, p. 125)

forma tão pictórica, tudo isto permeia as páginas de *Arquipélago*. Segundo o próprio autor, em entrevista ao programa *5 para meia-noite*³, na rede televisiva SIC, em 2015 (ano do lançamento do livro): “Digamos que [*Arquipélago*] é um mosaico criativo, mas que tem nos Açores e a literatura açoriana como epicentro”. Epicentro este que se apresentará não só pelos elementos acima citados, mas por outros fatores explorados ao longo deste trabalho. Sobre as características que compõem o dito “imaginário açoriano”, Vitorino Nemésio⁴, cria o conceito açorianidade, que será utilizado e atualizado por sucessivas gerações de intelectuais interessados nos fenômenos culturais e nas tendências estéticas da literatura produzida no arquipélago, por acreditarem que há, de fato, uma forma de expressão particular oriunda destas nove ilhas, expressão que se difere tanto da arte produzida no continente, quanto daquela produzida na Madeira (ALMEIDA, 2007, p. 23)⁵. Nemésio impulsiona algumas reflexões sobre o tema em seu texto “Açorianidade” (1932):

“Quisera poder enfeixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. Em primeiro lugar o apego à terra, esse amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; - e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza – do mar” (NEMÉSIO, 1986, p. 406)

A açorianidade é um elemento chave para elaborar uma análise sobre produção literária dos Açores. Segundo o professor Antônio Assis Brasil (1999, p. 211), este conceito não pode ser visto como o resultado de uma forma de regionalismo, pois se trata de uma questão enraizada que, através da busca pela origem do arquipélago e de cada ilha, posiciona o ilhéu perante o continente e ao continental⁶. Joel Neto, como um herdeiro

³ Disponível em: <https://www.rtp.pt/programa/tv/p31708/e55> Consultado em: 23/04/2020

⁴ Vitorino Nemésio (1901-1978) foi poeta, romancista, professor e intelectual português, nascido na Ilha Terceira, Açores. Foi Professor Catedrático, jubilado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecionou por cerca de quarenta anos. Ao longo de sua trajetória intelectual, estão muitos escritos ficcionais e ensaísticos sobre a cultura açoriana.

⁵ Sobre o assunto, Onésimo Teotónio Almeida comenta: “Uma das diferenças fundamentais entre as literaturas açorianas e madeirense [...] é a do peso da geografia no caso dos Açores entendendo-se o termo no seu mais lato senso – a terra e o mar, mas também a vulcanologia, o clima e todos os elementos físicos que afectam aquele espaço geográfico” (2007, p. 23). Esta citação sublinha como mesmo as literaturas ilhéus portuguesas possuem características muito particulares que evidenciam suas diferenças histórias, políticas, sociais, mas, sobretudo, geográficas.

⁶ Antônio Assis Brasil comenta “a açorianidade não aparta o açoriano da comunidade portuguesa – mas o identifica perante seus patrícos continentais” (1999, p. 211) considerando que a questão da açorianidade não impede a inclusão do açoriano na comunidade portuguesa, mas sim o posiciona de dentro de sua particularidade. Desta forma, o açoriano é sim português, mas que carrega uma série de características identitárias próprias. Continua o crítico: “Inevitável afirmar: a açorianidade traz seu cariz de orgulho pela situação de ilhéu, e faz com que o açoriano reivindique para si uma própria escala de valores éticos e sociais distinta do Continente” (idem, p. 210).

dessa açorianidade, também manifestará em sua obra a vontade do encontro com o passado originário – e, portanto, com a identidade ilhéu –, recuperando mitos e antigas lendas para reconstruir um caminho possível ao “eu”. Tendo como base as características geográficas levantadas também por Vitorino Nemésio na elaboração de seu conceito de açorianidade e suas reflexões sobre os temas recorrentes à Literatura Açoriana, pretendemos demonstrar, através de *Arquipélago*, como o conceito ainda se manifesta na contemporaneidade, contribuindo para a continuação de uma tradição de escritores feitos “de carne e pedra” (NEMÉSIO, 1986, p. 406).

A partir da análise do romance de Joel Neto, podemos ver como, através de uma narrativa inscrita na contemporaneidade, elementos caros à “consciência de ilhéu”, apontada por Nemésio ainda na década de 1930, persistem naturalmente, comprovando como a geografia, mais do que funcionar como um pano de fundo para a narrativa, desenvolve-se junto à história das ilhas como uma verdadeira protagonista.

Considerando o estreito laço entre o conceito de açorianidade e o de espaço, elegemos a imagem da casa como elemento temático para análise desta obra, por acreditarmos que os personagens acabam por espelhar, no interior de suas moradas, não só seus segredos, suas dores, seus passados, mas também e por consequência, suas histórias de vida que, metonimicamente, reescrevem em ficção a presença da cultura açoriana em nossa contemporaneidade. Adentraremos, portanto, nesses espaços internos tão íntimos para observar como eles, juntos aos seus habitantes, constroem um panorama coletivo da sociedade da Ilha da Terceira.

2. MERGULHO TEÓRICO.

“Por isso mesmo, o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e peripécias do que em certas regiões tornadas literárias, a sequência narrativa inserindo-se no ambiente, quase se escravizando a ele [...] Esta vocação ecologia se manifesta por uma conquista progressiva de território.” (CANDIDO, 2000, p. 101)

A citação de Antonio Candido acima refere-se, naturalmente, ao romance brasileiro, porém, também pode ser associada ao contexto açoriano. Há, nesta literatura, uma grande vontade de explorar o território e de se apropriar dele. Apropriar-se da natureza, das tradições e, inclusive, do próprio passado histórico e dos mitos de sua origem, formas fragmentadas que sobrevivem como achados arqueológicos, como registro de migrações e como suposições míticas.

Ao analisar as manifestações do espaço na Literatura Açoriana, não desejamos desenvolver um simples trabalho de “verismo fotográfico” (DIMAS, 1985, p. 6), buscando correspondências reais entre as descrições de Joel Neto e a geografia da Ilha Terceira. Este trabalho ambiciona observar a maneira como o autor remodela e recria este ambiente em sua obra; do mesmo modo que se deseja entender como a escrita de Neto denuncia as tendências de uma nova geração de escritores que, na contemporaneidade, problematiza a experiência de pertencimento às ilhas dos Açores. Pretendemos, portanto, “apreender o significado novo que brota desses mesmos espaços, a partir da manipulação pessoal e artística da palavra” (DIMAS, 1985, p.13) para entender a questão do tema da açorianidade não como pré-existente, ou seja, como uma temática anterior ao romance em si, mas como ele se constitui através da narrativa ficcional (PERRONE-MOISÉS,, 1973, p. 111).

Assim, analisamos como *Arquipélago* constrói uma imagem particular e pontual da Ilha através do discurso da ficção: não porque trata de personagens ambientados nas Ilhas, ou se utiliza da geografia ilhéu como pano de fundo, mas sim porque é capaz de, através da linguagem estética, (re)criar uma experiência que se pode chamar de *particularmente* humana. No entanto, é possível também aproveitar todas as imagens criadas a partir da realidade física e social dos Açores utilizadas pela narrativa de Joel

Neto, já que servem a um propósito ficcional que comprova que a obra de arte não deve estar necessariamente ligada à realidade, mas deve servir para que a entendamos melhor e de forma mais criativa, afinal: “todo mundo sabe que uma obra de arte é um ente. Ela tem suas próprias leis, que não são as mesmas da vida diária, qualquer coisa que lhe caiba bem é verdadeira” (FORSTER, 2005, p. 37). Por isto, o fato de José Arthur não “sentir” os terremotos – algo aparentemente impossível para um humano comum, ainda mais se levarmos em conta a situação de um ilhéu, habitante de solos vulcânicos –, pode ser encarado como um dos muitos divertidos e sutis detalhes que, dentro da narrativa, problematizam a questão do pertencimento à Ilha, pois a linguagem do romance estabelece seus próprios limites representativos.

Segundo Osmar Lins podemos entender o espaço no romance enquanto sua representatividade de espaço e também ambientação. Ele diz: “Por ambientação, entenderíamos o conjunto de processos conhecidos e possíveis, destinados a provocar, na narrativa, a noção de um determinado ambiente. Para a aferição do espaço, levamos a nossa experiência do mundo; para ajuizar sobre a ambientação, onde transparecem os recursos expressivos do autor” (1976, p. 77). Assim, quando denominamos algo como “espaço”, referimo-nos a uma geografia possível, na maioria das vezes oriunda daquilo que consideramos como existente, sendo por isto capaz de denotar um ambiente determinado e que, em uma segunda instância, assumiria uma significação mais simbólica, de caráter conotativo, transformando-se naquilo que chamaríamos de “ambientação”. Exemplificando Lins, Antônio Dimas coloca:

“Em outras palavras: na medida em que não se deve confundir espaço com ambientação, para feitos análise, exige-se do leitor perspicácia e familiaridade com a literatura para que o espaço puro e simples (o quarto, a sala, a rua, o barzinho, a caverna, o armário etc.) seja entrevisto em um quadro de significados mais complexos, participantes estes da ambientação” (DIMAS, 1985, p.20)

Através do romance, acabamos por conhecer um espaço histórico-geográfico que se apresenta todas as vezes em que *abrimos* a porta das casas dos personagens, buscando nesta ambientação a memória social do povo terceirense, recriada pelas linhas ficcionais de *Arquipélago*. A morada, neste livro, ultrapassa a construção física do quarto, sala, do quintal e cria uma conexão com o passado e com o presente de muitos dos personagens,

recurso semelhante àquele utilizado por Autran Dourado no conto “Pedro Imaginário”⁷ e comentado também por Antonio Dimas: “Em suma, um espaço restrito que desabrocha em várias direções e onde um objeto concreto [...] atua como ponte mnemônica que liga o presente ao passado, adquirindo, portanto, funcionalidade” (1985, p. 22). De certo modo, esta também será a funcionalidade da casa no romance de Joel Neto, já que surge como elemento provocador do relato, recuperando parte da história familiar (coletiva) e subjetiva (individual) dos personagens. José Arthur estabelece forte ligação com a casa de seu avô, que se transforma em local de embate profundo entre a sua memória de menino (passado) e o seu percurso de homem (presente), tendo como pano de fundo a história do próprio território.

Podemos afirmar que estes tensionamentos sobre a questão da origem (do personagem, mas também do arquipélago) irão perseguir o protagonista desde a sua chegada à Ilha Terceira. Recuperando as palavras de Antônio Assis Brasil, a Literatura Açoriana possui uma forte ligação com a narrativa mítica, sendo capaz de desdobrar-se em novos mitos, a fim de abarcar uma identidade complexa. Segundo ele:

“Nesse aspecto, a questão das origens é fundamental: o Arquipélago formou-se por erupções vulcânicas oriundas do subsolo oceânico (o que, aliás, é causa de inúmeros episódios tectônicos, como o de primeiro de janeiro de 1980, que destruiu a cidade de Angra do Heroísmo, ou o vulcão dos Capelinhos, no Faial) e essa origem com forte conotação de lenda gerou narrativas que igualmente criam, sob a luz da ironia, suas próprias lendas” (BRASIL, 1999, p. 211)

Não coincidentemente, *Arquipélago* também se encarrega de criar seu próprio mito. José Arthur apostará todas as suas fichas acadêmicas em uma pesquisa que inclui uma investigação da origem das ilhas, perseguindo a presença dos primeiros habitantes antes da chegada dos portugueses, bem como pretende estabelecer uma conexão entre o arquipélago e a possível existência de Atlântica. Assim, no enlace entre narrativa romanesca e a narrativa, e numa busca de caráter antropológico da identidade ilhéu, o romance – não abrindo mão da ironia – constrói um caminho que homenageia o percurso dos escritores açorianos antecedentes, ao evocar histórias regionais; a temática da saudade; a obsessão pela imagem do oceano; e a questão da alteridade. Partindo de uma memória cultural que não renega a tradição, Joel Neto inova, bebendo “dessa inesgotável

⁷ DOURADO, Autran. *As imaginações pecaminosas*. 2ª edição. Record: Rio de Janeiro. 1982, p. 96-97.

fonte velha de conteúdos novos que é a narrativa mítica” (MESQUITA, 1994, p. 11). Eventos pitorescos, como rituais mágicos com escrituras em latim e segredos de irmandades centenárias, percorrem o romance, construindo (através de um discurso irônico que não esquece da memória que se quer também mitológica), uma ficção que discute a realidade das ilhas.

De certa forma, podemos entender o romance como um exercício de aprendizagem, tendo em vista a jornada de autoconhecimento empreitada por José Arthur e a possibilidade que nos oferece de acessar diversos ciclos de sua vida, desde sua infância e a experiência do terremoto, até sua vida adulta, contemplando a sua presumível morte, narrada pelo filho André. Ainda segundo Samira Mesquita: “Na procura do autoconhecimento, na busca de sua identidade [...] tece-se a teia do enredo, que, ao se concluir, terá apresentado um ou vários ciclos de vida do protagonista. É o chamado romance de aprendizagem” (1994, p. 28, 29).

Segundo Carlos Reis, a ficção portuguesa pós-revolução de 25 de abril se encarrega de restaurar o antigo debate identitário entre Portugal e toda Europa: “do mesmo modo, o redesenho das fronteiras nacionais estimulou uma reflexão identitária (incluindo-se nela a velha questão da relação com a Europa) a que a literatura, naturalmente, não ficou alheia” (REIS, 2004, p. 16). Portanto, se colocamos a sempre existente relação de espelhamento e de interdependência mantidas entre identidade insular açoriana e a continental, podemos crer que, tendo em vista essa reconfiguração da imagem de Portugal e dos portugueses experimentada pelo resto do continente, houve igualmente uma renovação no tocante à temática do que é ser açoriano, português e europeu, todas formas de individualidades inscritas num espaço maior a que chamamos cultura. De fato, a Revolução dos Cravos impulsiona o fortalecimento do desejo pela autonomia político-administrativa do território açoriano, dando força aos movimentos como o FLA (Frente de Libertação dos Açores).

Ainda segundo Carlos Reis “a liberdade de expressão e a descolonização permitiram rever ficcionalmente os dramas individuais e coletivos da guerra colonial; paralelamente foi tomando corpo uma cada vez mais evidente consciência pós-colonial” (idem, p. 16). O peso das guerras coloniais, bem como os da emigração são certamente representados pela Literatura Portuguesa com qual a Literatura Açoriana inevitavelmente dialoga; porém, podemos dizer que nas ilhas as marcas do salazarismo e a citada

“consciência pós-colonial” atinge os açorianos de maneira “mais dilacerante” (BRASIL, 1999, p. 209), sobretudo, devido aos diversos abusos impostos pela ditadura portuguesa ao propositadamente solitário e abandonado povo ilhéu. São essas particularidades que de certa forma incrementam uma grande busca pela identidade insular, de todo construída a partir de uma indiscutível experiência de forte diáspora, afinal, hoje, existem mais açorianos nos Estados Unidos do que nas próprias Ilhas. Fica claro que nenhum destes detalhes passa despercebido ao longo do romance de Joel Neto e, junto à outras questões, compõem um panorama no que tange a história sócio-cultural do povo açoriano, espalhado por nove ilhas. Como afirma o narrador de *Arquipélago*:

“Em mil novecentos e sessenta e três, dois anos após o início da guerra colonial em Angola, o conflito se alastrou à Guiné. Viria a verificar-se a pior das três frentes de batalha portuguesas, uma vez que a estratégia se manteve defensiva até demasiado tarde e as populações colaboravam com o inimigo. Pois para esse inferno haviam sido enviados inúmeros açorianos, a maior parte deles alistada à força e remetida às mais baixas patentes do Exército” (*AQ*, p. 321)

“Açorianidade”, termo inaugurado por Vitorino Nemésio a partir da problemática “da alma” intrínseca ao ser açoriano, é o conceito que nos acompanhará na análise da narrativa de Joel Neto. Obviamente, este trabalho ficará atento às possíveis atualizações sofridas por este conceito fundador ao revisitar questões como a natureza do ilhéu. Para Nemésio, a açorianidade impressa no papel é reflexo direto das experiências vividas pelo sujeito que habita as Ilhas. Em uma citação retirada do próprio livro *Arquipélago*, Vitorino Nemésio (recuperado pela escrita de Joel Neto), defende que:

“A geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que às nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes. Como sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e pedra. Os nossos ossos mergulham no mar” (NEMÉSIO, 1932, p. 8)

Usando a imagem mítica das sereias, Vitorino Nemésio dá forma a ideia de que a experiência açoriana nasce de uma paisagem em que se misturam gente, terra e mar, constituindo-se como uma realidade geográfica difícil, não só de se viver, mas também de se compreender. No entanto, como toda geografia conta uma história, é impossível

dissociar a identidade açoriana da paisagem que a cerca, ainda mais se levarmos em conta tudo que ela acarretou para aqueles que lá viviam, uma vez que sempre esteve em jogo formas variáveis de confrontos físicos e o enfrentamento de um imaginário muitas vezes construído a partir de bases mitológicas.

Em seu ensaio “A narrativa açoriana pós-revolução dos cravos: uma breve notícia”, Antônio Assis Brasil compara diferentes visões sobre o que seria essa identidade açoriana e como se estabeleceria essa açorianidade, desvelando o longo processo reflexivo que construiu o conceito e a sua manifestação na arte através do tempo. Segundo José Martins Garcia, a açorianidade viria da obra de arte em si.

“É José Martins Garcia – um autor ao qual ainda voltaremos – quem procura conceituar este modo, e o faz, ao tratar da poesia de Roberto de Mesquita, na obra *Para uma Literatura Açoriana* (1987), identificando uma dialética entre o sentir do encarceramento – pois o mar cinge a ilha – e a infinitude – o mesmo mar possibilita o sonho da evasão. Esse autor trata da açorianidade de modo original, na mesma obra: a açorianidade cultural deve ser buscada na especificidade da literatura açoriana, e não ao contrário.” (BRASIL, 1999, p. 210)

Portanto, não seria uma análise externa à obra que nos poderia oferecer pistas do que seria a açorianidade *lato sensu*, a própria cultura deveria observar *na obra de arte* as características-chaves que formatariam a reelaboração do discurso cultural. Onésimo Teotônio Almeida alarga ainda mais as possibilidades de compreensão do assunto ao afirmar que a “açorianidade é aquilo que são e querem ser os açorianos. E esse conceito alargar-se-á sempre que o mundo de qualquer açoriano se alargar mais” (*apud*, BRASIL, 1999, p. 211)⁸. Portanto, acreditamos que, como defende Onésimo T. Almeida, a açorianidade será aquilo que, *congenitamente*, experimentam aqueles que vivem a condição ilhéu; ou seja, aquilo que permanece na essência do sujeito, pronto a ganhar forma através da expressão artística, transformada, enfim, no que simplesmente chamamos de obra de arte. Cabe aqui a certeza de que o conceito de açorianidade se

⁸ A citação foi retirada diretamente do artigo “A narrativa açoriana pós-25 de abril: uma breve notícia”, de Antônio Assis Brasil (1999, p. 211) referenciando o seguinte artigo de Onésimo Teotônio Almeida: Açores Açorianos Açorianidade (1989, p. 169)

atualiza e se alarga em demanda com o social, já que é o seu povo que, através dos tempos, inscreveu culturalmente a sua história.

Em um artigo posterior, Onésimo Almeida também sublinha a importância que “a açorianidade é a açorianidade de cada um” (ALMEIDA, 2007, p. 25), e que mesmo com elementos similares entre uma manifestação e outra, generalizações sobre o fenômeno não podem ser feitas. Portanto, voltamos à prerrogativa levantada por Leyla Perrone-Moisés, que defende que é a obra literária que constrói um caminho até a temática que acaba por dar forma, por isso, a temática não é anterior ao romance, mas se estabelece a partir do andamento do mesmo: “A obra é um sistema produtor de sentidos, portanto criador de novos referentes [...] O tema não preexiste à obra, ele é seu fruto” (PERRONE-MOISÉS, 1973, p. 111). Portanto, veremos como *Arquipélago* de Joel Neto reafirma, intencionalmente, a sua própria açorianidade através do advento da ficção romanesca.

Para finalizar, cabe ressaltar que em *Arquipélago*, um detalhe chama a atenção dos leitores atentos: as edificações parecem estar intimamente ligadas ao desejo de (re)construção da identidade dos personagens e, conseqüentemente, acabam por contribuir para a formação de uma maneira de estar no mundo que de perto pode ser, também ela, chamada de açorianidade. Tendo a ensaística de Gaston Bachelard (1979) como suporte, entendemos as casas e seus cômodos como espaços privilegiados, capazes de fornecer “simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens” (BACHELARD, 1979, p. 199). A casa representa, portanto, uma unidade, um espaço completo e extremamente complexo que concentra diversas imagens ligadas não só a realidade, mas também ligadas à imaginação e à memória do sujeito.

Para Bachelard “a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo” (BACHELARD, 1979, p. 200) e, por isso, não causa espanto que o retorno de José Arthur seja coroado pela reapropriação da casa que uma vez fora do avô; casa esta que marca a “fundação” de sua família; bem como sofre com a ruptura da unidade dos Drummond, coincidentemente marcada pelo evento do terremoto, referencialmente histórico, de 1º janeiro de 1980.

Segundo Bachelard, a casa pode ser percebida através de duas perspectivas: uma que privilegia a verticalidade e outra a centralidade. A perspectiva vertical trata da hierarquia estabelecida dentro da estrutura da casa, expressa na relação espacial mantida

entre porão e sótão (ou os telhados). Quanto mais alto, mais próximo do sótão e dos telhados, mais se estabelecerá uma trajetória marcada pelo racional; por outro lado, quanto mais próximo do porão, mais obscuro, mais apaixonado e mais irracional se desenharia o caminho. Já a perspectiva da centralidade daria atenção ao ambiente, onde há o “centro de força”, a “primitividade do refúgio”. Ao adentrarmos nas casas de *Arquipélago*, buscaremos a dinâmica mantida pelos personagens com o espaço e suas relações com seus refúgios, lugares marcados ora por paixões exacerbadas, ora por exercícios de racionalidade apartados de emoção.

3. A MORADA.

“The houses are filled with people. The people are filled with houses.” (Kae Tempest)

Para compreender melhor o que se entende por Literatura Açoriana e o conceito de “açorianidade”, é preciso retornar à origem daqueles que sedimentaram o caminho desta tradição. De acordo com Antônio Assis Brasil: “toda produção literária açoriana ergueu-se a partir de uma visão própria do mundo e da sociedade inconfundível com o modo de ser português continental, e que Victorino Nemésio definiu como açorianidade” (1999, p. 210). Portanto, sabemos que a ideia de Nemésio inaugura um conceito que será reelaborado e restaurado ao longo da história, mas que retrata um fenômeno que já estava em vias de construção através do imaginário particular daqueles que se propuseram a escrever sobre as ilhas. Mais do que um conceito, a “açorianidade” se tornará um marco estilístico, uma forma de escrita estética que dá fisionomia às manifestações artísticas produzidas nos Açores.

Desta forma, é importante salientar que consideramos a “açorianidade” se trata não de uma marca psicológica presente em seus escritores; tampouco está inscrita de forma automática na produção dos que simplesmente nasceram ou descenderam das Ilhas. Este é o caso, por exemplo, do grande Antero de Quental⁹ (1842-1891) e de Natália Correia (1923-1993), que embora tenham nascido na Ilha de São Miguel e até possuam textos sobre os Açores, não se debruçaram na construção de um eixo temático que tivesse a experiência insular como centro; bem como não construíram um estilo de expressão marcado pela vivência peculiar da insularidade. Assim como já afirmara João de Melo em ensaio incontornável, quando se estuda a questão da “açorianidade”, nossa “pretensão

⁹ Vitorino Nemésio se refere à Antero de Quental diversas vezes e destacando sua peculiar relação com os Açores. Em “O Açoriano e os Açores” (1928) chega a sublinhar seu “açorianismo”, termo que parece preceder a “açorianidade”, conceito que por sua vez é citado pela primeira vez em sua obra em 1932. Cito: “Embora inutilmente lhe procuremos cor, forma, externidade que nos revelem o pequeno mundo açoriano com o seu físico e os seus hábitos, a verdade é que toda a poesia anterioriana está impregnada de açorianismo” (NEMÉSIO, 1986, p. 328). No entanto, sublinhamos que, quando se refere ao escritor, Nemésio se limita a descrever sua ligação pessoal com as Ilhas, e que esta contaminaria diretamente a obra literária. Segundo ele “Quando digo que a obra de Antero está impregnada de açorianismo, quero dizer que a sua natureza de ilhéu pode explicar em parte o tom da sua obra, a um tempo filosofia e poética” (NEMÉSIO, 1986, p. 328). No caso deste trabalho, consideramos a açorianidade como uma questão estilística, que não emerge apenas a partir da consciência, ou “natureza de ilhéu”, mas uma série de recursos artísticos. Após a revisão do termo ao longo dos anos, o professor Antônio Assis Brasil defende: “Unida a esta idéia da açorianidade, e quase confundido com ela, situa-se a questão da consciência insular, que ultrapassa o estritamente literário” (BRASIL, 1999, p. 211). Este trabalho, portanto, persegue o rigor da análise literária, não levando em consideração a origem, ou o aspecto psicológico do autor.

é de investigar “os traços fisionómicos” (MELO, 1978, p. 12) da literatura produzida por aqueles que guardaram a memória da existência vivida em um arquipélago, de perto marcada pela presença inultrapassável da condição geográfica e cultural de seu povo.

A palavra “açorianidade” é mencionada pela primeira vez por Vitorino Nemésio, quando escreve para a revista *Insula*¹⁰, ao tentar formalizar um conceito que abarcasse a importância de uma “consciência de ilhéu”, que se encontraria fincada na terra e que seria exacerbada pela saudade, em geral, causada pela emigração. A elaboração deste conceito nasce como uma proposta de carácter também político, ao buscar o reconhecimento pelo próprio açoriano de sua identidade.

“Entendo que uma comemoração deste vulto [publicação da *Insula* V] deve ser, mesmo quanto a palavras, rigorosamente *monumental*, feita de estudos e reflexões que ajudem a consciência açoriana a tomar conta de si mesma e contribuam para que os Açores, como corpo autónomo de terras portuguesas (um autêntico viveiro de lusitanidade quatrocentista), entrem numa fase de actividade renovada, de reconstrução, de esforço humano e cívico” (NEMÉSIO, p. 406, 1986)

Portanto, Nemésio constrói seu ensaio não só com a intenção de tentar descrever um caminho estético que tenta elaborar *em palavras* os sentimentos do ilhéu, do mesmo modo que busca endossar a existência da revista, que contribuirá com reflexões que apoiem a emancipação do pensamento açoriano e a sua renovação, assumindo que, naquele preciso momento histórico (os anos 30 do século XX), as ilhas ainda representavam uma espécie de ‘viveiro’ preso ao século XV. De fato, não se pode desprezar a relação nunca resolvida de oposição entre continente *x* ilhas ou de continental *x* ilhéu; bem como da importância e responsabilidade que o conceito de açorianidade, transformado em literatura, tem junto à construção de um Açores autônomo e culturalmente singularizado em relação à experiência continental. Trata-se, em resumo, de sublinhar a existência de uma forma de potência territorial, de uma especificidade espacial, aliás, competentemente apontadas por José Martins Garcia:

¹⁰ *Revista Insula*, n° 7-8. Ponta Delgada. 1932.

“Não necessitamos de qualquer substância pré-determinada para que exista uma literatura açoriana. A cultura açoriana é que necessita de extrair das obras literárias as características aptas à reelaboração do conceito de açorianidade *latu sensu*” (*apud* BRASIL, 1999, p. 210)¹¹

É primordial entender como se constrói um jogo de espelhos entre a produção literária oriunda de autores ilhéus e a elaboração constante do conceito de “açorianidade”. É preciso que estes escritores abram espaço para a criação através da palavra, para que se problematize a condição insular e se prescrite a singularidade de um cultura erguida entre um mar bravio e falésias limitadoras. A partir das descrições de Nemésio, todas marcadas por um indisfarçável lirismo, podemos concluir que a construção imagética oriunda da condição geográfica das ilhas é um importante componente na constituição da “açorianidade” em uma obra literária. Muito mais que uma simples indicação de localização geográfica ou de meras descrições físicas, a constituição desta paisagem faz-se sobretudo através dessa relação emocional com os elementos que constituem as ilhas: o mar, a lenta passagem de tempo, os ventos, as ondas, as tempestades, as rochas e os vulcões. Será através do trabalho das palavras, já que aqui fazemos referência a um material de *análise literária*, que a relação entre narrador/autor e espaço se consolidará.

Ao longo das páginas de *Arquipélago*, muitas vezes deparamo-nos com esta profunda relação com a terra. O tema principal do romance, o retorno à Ilha Terceira, é por si só um exemplo de “açorianidade”; não porque visitamos – através dos olhos de José Arthur –, a Ilha, mas porque mergulhamos junto com ele em sua própria *refundação* enquanto indivíduo, proveniente da revisitação do espaço de seu nascimento e de sua memória de infância. Como diria o próprio narrador: “há beleza nisto [...] mas não apenas uma beleza” (*AQ*, p. 71); pois aquilo que mais vale é a própria conexão com a terra e a descoberta de seu pertencimento:

‘Cheirava a enxofre e a poejo, se bem conseguia identificá-lo – e cheirava também a eucaliptos, e a gasolina, e a marisco, e a solidão. Debaixo de nós ela arde’, pensou, ao apagar-se do táxi e fincar os pés na terra. ‘Debaixo de nós, ela arde, e arde intensamente’, repetiu. Mas não o sentia, e, pela primeira vez desde que decidira partir, perguntou-se sobre o que significava aquela viagem, se o trazia de volta ou o levava para muito longe” (*AQ*, p. 70)

¹¹ MARTINS, José Garcia. *Para uma Literatura Açoriana*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1987.

Este é o marco do reencontro de José Arthur com a sua condição insular e terra de nascimento. Ao chegar ao que considera ser o seu destino final, o narrador se conecta instantaneamente com o espaço que, afinal, sempre viveu dentro dele. O retorno, iniciado por um desejo de investigação acadêmico, transforma-se em uma verdadeira busca de caráter subjetivo. A partir daí, estabelece-se um processo de *recuperação metonímica*, em que – no processo de desvendar mais sobre a hereditariedade dos Açores, através de planos de investigação que visavam até uma revisão da pré-História do arquipélago –, Arthur se depara com nada mais do que a sua própria história: uma história que é (re)contada sobretudo a partir de um núcleo embrionário, erguido pelas paredes da casa de sua infância: a morada de seu avô.

A vida de José Arthur na casa começara a ruir ainda em sua infância, quando aos nove anos a terra tremeu na Ilha Terceira. O terremoto de primeiro de janeiro de mil novecentos e oitenta destruiu significativamente a Terceira, São Jorge e Graciosa e, segundo Arthur, “desabara mais do que o véu que cobria miséria de cada casa. Em vinte segundos apenas, desabara tudo o que aqueles homens e mulheres haviam construído durante séculos” (AQ, p. 34). O sismo deixou exposto não só a fragilidade da condição de vida de cada família, mas também pôs a descoberto a difícil história de cada um dos açorianos que, ancestralmente, faziam das ilhas a *sua* terra e o *seu* espaço. Dessa forma, o narrador afirma: “Desabara a intimidade, mais do que o segredo” (AQ, p. 34), pois o sismo, ao desmontar a estrutura das casas, revelou mais do que havia no interior de cada morada e de cada indivíduo, ao expor a essência de suas de subjetividades e a história de uma família. Sobre a relação mantida pela imagem da casa e a intimidade dos sujeitos, Bachelard postula:

“Para um estudo fenômeno lógico dos valores da intimidade do espaço interior, a casa é, evidentemente, um ser privilegiado, sob a condição, bem entendido, de tomarmos, ao mesmo tempo, a sua unidade e a sua complexidade, tentando integrar todos os seus valores particulares num valor fundamental” (1979, p. 199)

É o desmanche do espaço privilegiado da casa a que primeiro assistimos, servindo de espécie de aviso trágico que anuncia a desgraça que se abateu por toda a ilha. Durante o processo de desmoronamento de toda a “realidade”, a própria estrutura física reflete a resistência e a força daqueles que a construíram.

“E José Guilherme correndo para o interior da casa, que respirava ainda. E José Arthur projectando-se atrás dele. E uma criança pequena chorando, presa sob um tirante que a esmagava. A casa como se respirasse, aflita, pedra miúda escorrendo em todas as direcções.” (AQ, p. 35).

A citação reconstrói uma sequência de ações de José Guilherme – avô de José Arthur –, ao retornar à casa enquanto esta se desfaz devido ao impacto do terremoto, na intenção de resgatar uma criança que chorava, presa à estrutura. A importância da relação dos personagens mantida com o espaço da casa natal se dá, sobretudo, através da linguagem, principalmente pela atribuição de adjetivos *humanizados*, atribuídos à estrutura de pedra da casa.

“Ao fim dos primeiros dias de trabalho, deu por si de pé no centro do corredor, percorrendo as divisões com o olhar, e julgou perceber melhor a massa de que era feito o seu povo. Tudo oxidava. Os metais oxidavam, as madeiras oxidavam, as paredes e os tecidos e os objectos oxidavam – e o que não oxidava enchia-se de salitre, ressequia ao sol ou, sobrevivendo aos abalos de terra, tombava à fúria do vento. E, no entanto, havia algo de belo nisso também, como se ao cabo de uma só vida um homem pudesse dizer, sem grande esforço metonímico, que as entranhas da Terra se revolviam no interior do seu próprio estomago” (AQ, p. 250)

A ida para Lisboa reforça no personagem a sensação de não-pertencimento, por se sentir estrangeiro na própria capital de seu país: “...era como se nada disso ele tivesse sido protagonista, mas quando muito testemunha, numa cidade de cheiro insalubre a que nunca teria podido chamar de sua” (AQ, p. 144).

Toda esta experiência emocional reforça e motiva o questionamento *antropológico* que guia José Arthur em retorno às Ilhas, pois ao usar a desculpa de uma investigação acadêmica, ele acaba por estabelecer um encontro consigo mesmo, através de reflexões sobre si próprio e sobre os seus e da criação de uma linguagem estética que dará corpo ao romance que lemos, gesto que se inscreve a partir de uma forte percepção de sua “açorianidade”. José Arthur não é um açoriano comum, mas um terceirense de formação universitária que experimentou na pele a sensação de exílio no continente, vista, a princípio, como parte de um país que julgava pertencer. Em *Arquipélago*, de fato, a problematização de sua identidade pessoal é posta em xeque diante da existência de uma identidade ilhéu, processo resultante de sua busca intelectual.

A recuperação da casa do avô e a iniciativa de comprá-la e reformá-la denunciam a entrega do personagem ao seu *processo investigativo*: “Sim, pode amar-se uma casa como se ama uma pessoa decidiu José Arthur, mas não saberia dizer se o segredo que aquela guardava nas entranhas teria sido sempre parte do mistério que o levava a amá-la” (AQ, p. 28). O mistério guardado pela casa de seu avô, ligado ao passado de uma amiga de sua infância, abre uma nova brecha investigativa que convida Arthur a permanecer.

Elisabete Dutra e José Arthur se conheceram após o sismo e desenvolveram uma forte amizade, embora a menina guardasse consigo uma personalidade particular com origem misteriosa. Cito o narrador “Elisabete nunca abandonou o ar melancólico nem o sorriso triste, e jamais pronunciava cinco palavras se podia resumir numa só o que pretendia dizer” (AQ, p. 44). No entanto, subitamente, a menina desaparece. Ninguém consegue pistas do seu paradeiro, embora haja uma desconfiança de que ela tenha sido levada para América. A dor da perda de sua melhor amiga misturou-se a perda de deixar os Açores e a morada da infância: em um mês, os pais partiram com José Arthur para Lisboa. No entanto, após o regresso e a decisão de comprar a casa de seu avô e de iniciar obras de ampliação, uma ossada é encontrada no quintal, restos mortais de uma menina deficiente física, sem parte do braço, como Elisabete Dutra. Esta ossada recupera imediatamente a infância de José Arthur e toda a sua história de partida.

“Lembrou-se dos ossos minúsculos, espalhados no chão da garagem do avô, do seu desamparo, da violência, e quase não foi capaz de reprimir-se. Pensou no filho que descurara, na mãe dele, no rasto de mágoa que era a história da sua própria vida e em como nunca fora mais ninguém se não ele mesmo a causá-la. A certa altura, não teve certeza se chorava por aquela garota, se por si. Era um mau pai, um mau marido, um professor medíocre e preguiçoso – era metade de um homem, e, ao ver ali a pequena urna, desolada sobre aquele carrinho de alumínio, sentia como se fossem a enterrar dentro dela não apenas os ossos de um anjo que se permitira esquecer, mas a memória de suas próprias esperanças” (AQ, p. 56-57)

A decisão de ficar, portanto, firma-se como uma busca pessoal que se mistura à curiosidade – cada vez mais forte - sobre a origem das Ilhas dos Açores. Relembrar a sua própria origem (que tinha sido esquecida junto com a memória de Elisabete); reanimar as esperanças de superação dos desafios pessoais; reavaliar os seus amores falidos; buscar a melhoria de sua relação com o filho; e alcançar a sua realização profissional são agora os objetivos que darão corpo à narrativa.

Importante destacar que não é só este personagem que estabelece uma profunda relação com a própria casa. Sua amante, Luísa, também mantém com sua pousada, a Casa dos Potros, uma relação atávica que a liga diretamente não só ao seu falecido marido, Tozé, mas igualmente ao seu noivo, Pedro Orlando, o que de perto enfatiza sua identidade de “viúva” junto à comunidade local. A Casa dos Potros é o primeiro lugar em que José Arthur habita após o seu regresso à Ilha Terceira. No entanto, não demora muito até que o hóspede passe a intuir a relação estabelecida entre a dona da pousada e seu espaço.

“José Arthur olhou em volta, contemplando os móveis restaurados e os armários de portas almofadadas que se embutiam nos recessos. Perguntou-se se aquela casa e aquela mulher não eram, na verdade, o espelho uma da outra, erguidas ambas sobre ruínas, e também algo de desarrumadas” (AQ, p. 72)

Luísa, “viúva bela e misteriosa” (AQ, p.5), é personagem erguida sobre as ruínas de um passado trágico; dona de um estado anímico que é *controlado*, *cerceado* pela presença do espaço de sua casa. Por isso, quando visitava a casa de José Arthur, sua atitude silenciosa e recatada assumia uma outra face, espelhando a força encontrada na natureza das ilhas, reproduzida através da sequência de movimentos de seu próprio corpo: “e ela sorrindo por entre o vento da noite, a chuva e os terremotos sorrindo com ela, e a humidade salgada do seu peito, e o mar que se atirava furioso contra a terra, e o primeiro suor de seu pescoço” (AQ, p. 367). De fato, a libertação de Luísa – afastada dos fracassos amorosos de seu passado inscritos nas paredes de sua casa –, permitiu sua independência e uma vida renovada, ao se desligar da Casa dos Potros e conquistar seu próprio negócio através da criação da Casa da Labanderia. Diz André Drumonde, filho do protagonista, na carta que escreve ao final do livro, quando somos transportados para o ano de 2048, para contar sobre os últimos 30 anos do pai:

“A Casa dos Potros regressou à mão dos Silveira-Goulart, da qual nunca deveria ter saído. Aliviada, Luísa andou vários meses à procura de uma propriedade onde retomar o negócio turístico, convicta de que os fracassos da primeira experiência fariam dela uma boa empresária do ramo [...] chamou-lhe Casa da Labandeira, numa homenagem nunca declarada à beleza e à fragilidade da vida, e obteve suficiente sucesso para manter a porta aberta durante quase três décadas” (AQ, p. 449)

Assim como Luísa, Elias Mão-de-Ferro e a família Soares também constroem o painel de vozes que ergue o romance. Através do relato de suas experiências povoa-se a memória cultural da Ilha Terceira. De sua cadeira, disposta na casa que habita desde sempre, o forte sotaque de Elias recupera histórias de outros tempos, recuperando outras gerações, ao mesmo tempo em que oferece abrigo a uma dicção que é portuguesa, mas igualmente inscreve a especificidade do registro açoriano. Diz ele sobre a casa de José Guilherme (avô de José Arthur), figura por quem não nutre forte apreço:

“Porque ta embruxada e toda a gente sabe. – Desviou os olhos para o cão, que ressoava alto. Deu-lhe um toque com a ponta do bordão, como numa carícia máscula. – Quando teu avô a comprou, a mulhé do dono tinha-se matado. Além disso, era asilo de malucos. Depois desapareceu aquela pequena lá do quintal, eras tu miúdo. Quando tua avó morreu, os vizinhos entraram lá dentro, p’a lavá roupas e arrumá camas, e ouvia-se barulhos. A mulhé do Xindoca nunca más prestou” (AQ, p. 240)

Através de relatos orais que são transmitidos por gerações; das casas onde se encenam os dramas; da trajetória íntima de cada família; dos mistérios das alianças e das irmandades; e da memória dos mitos, que se firma como uma verdade assumidamente mágica, se faz este romance. O ponto de partida do projeto de doutoramento de José Arthur investiga justamente um destes grupos: a Justiça da Noite. Cito o narrador: “O ponto de partida seria precisamente essa estranha tradição terceirense da Justiça da Noite, assente em sociedades secretas de dez elementos. Cada um desses elementos simbolizava um dos dez filhos de Poseidon” (AQ, p. 85). Além da Justiça da Noite, tradições de

sacrifício animal; touradas à corda; e até mesmo “marcas, inscrições e artefactos que permitiam defender a existência de povos nos Açores muito antes de mil e quatrocentos” (AQ, p. 85) fazem parte do acervo investigativo do pesquisador, que pretende mergulhar na origem do Arquipélago e de sua suposta décima ilha. “Tu estás louco” (AQ, p. 85), exclama Francisco, um colega de universidade de José Arthur, exemplo que mostra como é encarado o seu objeto de pesquisa, atitude que se reduplicará entre os personagens continentais do romance. Por fim, um e-mail satírico recebido de seu orientador também constatará a má recepção das ideias de José Arthur: “Quanto ao resto, que me venha falar agora da Ilha do Ovo Cósmico, ‘onde a Primavera era eterna’, é só mais uma prova de que já deixámos de falar a mesma língua [...] Prossiga seu trabalho como entender” (AQ, p. 221). Nenhum dos julgamentos, porém, impede José Arthur de regressar aos Açores e dar corpo a sua busca.

Eventualmente, a “pesquisa” o levará a compreender melhor as antigas crenças e os mitos populares, sobretudo quando ele testemunha rituais mágicos performados pela irmandade de Silveira-Goulart¹² e também o chamado “Celta” na Grota do Medo, complexo megalítico que José Arthur se propõe a explorar para justificar sua tese.

Recuperando Bachelard: “todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casas” (1979, p. 200) e é exatamente esta espécie de memória coletiva que resiste na experiência *de habitar* que podemos encontrar no romance de Joel Neto. Um espaço consolidado não só pela peculiaridade das paisagens descritas, mas também por uma história contada em tom de mistério, que recupera mitos e crenças populares, compondo, desta maneira, um rico painel da Ilha Terceira. Diz o narrador:

“Em pouco tempo, dominou o mapa da Terceira. No dia em que se deu conta disso, olhou os rochedos que se recortavam no horizonte, murmurou Nemésio:

– *A geografia, para nós, vale outro tanto como a história.*
– E achou-se um homem tão idóneo como nunca antes se achara

O tempo mudava de um momento para o outro, juntando, no curto espaço de vinte e quatro horas, a Primavera e o

¹² Durante as investigações do complexo megalítico próximo de sua casa, José Arthur depara-se com a reunião de uma irmandade. No ritual, está presente Deodato Silveira-Goulart, homem poderoso, latifundiário e tio do falecido marido de Luísa. Na ocasião, Silveira-Goulart impede o sacrifício de uma criança. Em outra ocorrência, Maria Rosa, filha de Luísa, é raptada pelo louco Celta, que busca performar o sacrifício. Estes eventos contribuem para que o romance se desenvolva em tom de mistério.

Outono, o Verão e até o Inverno. Mas José Arthur sentia-se vivo como um lobo das estepes libertado. ” (AQ, p. 90-91)

4. TERRA À VISTA

“Num milagroso dia de Fevereiro, mesmo que ao longo de alguns minutos apenas, a sua vida tinha feito total sentido – ali, naquele jardim, na companhia do filho, daquela mulher e de sua criança, na terra onde fora o neto de José Guilherme e teria continuado a sê-lo, se não lhe houvesse um terremoto atravessado no caminho” (AQ, p. 144)

A citação acima coroa o retorno de José Arthur aos Açores e sua reconexão com o espaço de onde fora arrancado abruptamente ainda na infância. De volta à Ilha e, portanto, à casa, a vida passa a fazer sentido por alguns minutos – apenas por alguns minutos, pois, o que se percebe ao longo da narrativa é que a sua busca nunca teria fim. Através da carta de seu filho André, sabemos que a investigação de José Arthur acaba por colher seus frutos: “A investigação sobre as origens dos Açores e seu povo, que acabou por convencer Oxford a apadrinhar depois do sucesso do trabalho sobre as irmandades do Espírito Santo, veio a ser enriquecida por várias descobertas importantes” (AQ, p. 452).

José Arthur se transforma a partir do retorno à Ilha Terceira. De uma nova paixão à descoberta da ossada de sua melhor amiga de infância, o regresso provoca um impacto psicológico e uma indisfarçável mudança física. José, que nunca sentira os terremotos, passa a sentir dores misteriosas no cotovelo, parte amputada do corpo de Elisabete ao nascer. Além disso, passa a carregar no bolso a caixinha de rapé que pertencia ao avô, acariciando-a como ele fazia: “Ao fundo, a trovoada aproximava-se da terra, descarregando sobre a linha do horizonte relâmpagos cada vez mais brilhantes. José Arthur sentiu uma dor profunda no cotovelo. Levou a mão ao bolso, à procura da velha boceta de rapé de José Guilherme, e afagou-a” (AQ, p. 421).

Arquipélago estabelece uma profunda relação com o imaginário açoriano e com a açorianidade, recuperando a paisagem ilhéu que evoca muitos sentimentos (a saudade, a nostalgia, o isolamento, o desterro), e reconstruindo, através dos personagens, uma outra versão para a realidade da Ilha Terceira. Evocando mitos (como o de Atlântida); explorando elementos folclóricos locais (como a Justiça da Noite e a irmandade do Espírito Santo); e criando um enredo misterioso (a partir do mistério de Elisabete e os acontecimentos sinistros nos dólmenes que José Arthur encontra na Grota do Medo,

complexo megalítico localizado na Ilha Terceira), Joel Neto dá corpo a um livro que comprova que certa fantasia só poderia ganhar verossimilhança nos Açores. A “consciência de ilhéu”, bem como as questões históricas, sociais e geográficas das ilhas são temas problematizados pelo romance. Ao longo de suas páginas, *Arquipélago* constrói a sua própria açorianidade, fazendo uso de uma linguagem estética que recria uma experiência particular oriunda da cultura açoriana. Cito o narrador:

“Às vezes levava uma merenda e sentava-se em silêncio, num prado a perder de vista como numa estrada rural a meio de uma paisagem hipersaturada. Via passar as manadas, com os tractores e os automóveis atrás delas, alongando-se via fora sem sinal de impaciência, e achava que, na sua terra, o tempo nunca era perdido. Outras vezes voltava para casa e deitava-se a ler os escritores do arquipélago: a ilha em frente de Vitorino Nemésio e o abandono de Cristóvam Aguiar, as baleias de Dias de Melo e a guerra colonial de Álamo Oliveira, a contemplação de Daniel de Sá e o desamor de João de Melo, tão diferentes e tão igualmente perplexos” (AQ, p. 90)

5. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Omnésio Teotonio. “Sobre o peso da geografia no imaginário açoriano”. In: *Mar horizonte: literaturas insulares lusófonas*, 1º edição. Coleção Memória das Letras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 23-32

BACHELARD, Gaston “A casa. Do porão ao sótão. O sentido da cabana”. In: *A poética do espaço*, trad. Antônio da Costa Leal e Lídia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 199-222

BRASIL, Luís Antônio de. “A narrativa açoriana pós-25 de abril”. *Revista Via Atlântica*. 3º edição, 1999, p. 204-223

----- . “Nem sempre o mar à vista: condicionantes para um estudo do espaço literário açoriano”. In: *Mar horizonte: literaturas insulares lusófonas*, 1º edição. Coleção Memória das Letras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 33-46

CÂNDIDO, Antonio. “A literatura e a vida social”. In: *Literatura e Sociedade*, 3º edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 27-51

----- . “A literatura na evolução de uma comunidade”. In: *Literatura e Sociedade*, 3º edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006, p. 147-177

----- . “Estrutura literária e função histórica”. In: *Literatura e Sociedade*, 3º edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006, p. 177-201

----- . “A degradação do espaço: (Estudo sobre a correção funcional dos ambientes, das coisas e do comportamento *Eml’Assommoir*)”. *Rev. Let.*, São Paulo, v.46, n.1, p.29-61, jan./jun. 2006.

DIMAS, Antonio. *Espaço e Romance*, 1º Edição. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1985.

DOURADO, Autran. *As imaginações pecaminosas*. 2º edição. Record: Rio de Janeiro. 1982, p. 96-97.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O Foco Narrativo*, 4º Edição. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MELO, João de. “Aproximação à um estudo da novelística Açoriana de ontem e hoje”. In: *Antologia panorâmica do conto açoriano*. Lisboa: Editorial Veja, 1978, p. 11-33

MESQUITA, Samira Nahidide. *O Enredo*, 3º Edição. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MOISÉS, Leyla Perrone. “Introdução”. In: *Falência da Crítica*. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 9-16

----- . “Crítica Temática”. In: *Falência da Crítica*. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, p. 103-114

NEMÉSIO, Vitorino. “O Açoriano e os Açores”. In: *Victorino Nemésio: Estudo e Antologia*. Série Cultura Portuguesa, org. Maria Margarida Maia Gouveia. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986, p. 316-329

----- . *Açorianidade*. In: GOUVEIA, Maria Margarida Maia (org.), *Victorino Nemésio: Estudo e Antologia*. Série Cultura Portuguesa. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986, p. 406-407

NETO, Joel. *Arquipélago*. Lisboa: Editora Marcador, 2018.

REIS, Carlos. “A Ficção Portuguesa entre a Revolução e o Fim do Século”. *Revista SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, 2º sem. 2004, p. 15-45.